



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 17 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 2 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Tsunami monetário'.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma culpa ações de países ricos por 'tsunami' de dólares	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO BNDES e empresas criam o superlaboratório nacional	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Governo aperta análise de benefício tarifário	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Quatro capitais do país poderão ter novos aeroportos.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Dilma critica 'tsunami monetário' de ricos	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
DIÁRIO DO COMÉRCIO Gargalos em infraestrutura comprometem a economia	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM Governo já admite saldo comercial menor em 2012	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM Importadores vão ao Senado pedir manutenção da 'guerra dos portos'	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM Dilma diz que países ricos causam 'tsunami monetário'	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR BNDES e empresas criam o "superlaboratório" nacional	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Novo IOF é resposta à injeção do BCE	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Imposto mira câmbio, mas mexe nos juros	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Sindicalistas fazem apelo à presidente Dilma Rousseff e pedem mais proteção à indústria.....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Aumento do IOF não resolve e dólar continua desabando.....	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZONAS NOTÍCIAS Indústrias e SUFRAMA com o foco em plano estratégico para o PIM	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
MANAUS ONLINE Pujança do PIM é atestada por representantes do MDIC.....	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Tsunami monetário'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff reclamou da ação dos europeus que tem provocado forte entrada de dólares nos emergentes.

Dilma diz que países ricos causam "tsunami monetário"

Presidente ataca política monetária "absolutamente inconsequente" e diz que vai impedir "canibalização" de mercados emergentes

RAFAEL MORAES MOURA, TÂNIA MONTEIRO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff fez duras críticas ontem à política que tem sido adotada pelos países ricos para enfrentar a crise financeira. Segundo ela, as medidas têm provocado um "tsunami monetário". Num discurso incisivo, a presidente afirmou que a política de juros dessas nações é "absolutamente inconsequente" e prometeu impedir a "canibalização" dos mercados dos países emergentes.

"Nos preocupamos, sim, com esse tsunami monetário dos países desenvolvidos, que não usam políticas fiscais de ampliação da capacidade de investimento para sair da crise em que estão metidos, e que literalmente despejam US\$ 4,7 trilhões no mundo ao ampliar, de forma muito perversa para o resto dos países, principalmente aqueles em crescimento, que são os países emergentes", disse Dilma, durante cerimônia no Palácio do Planalto, horas depois de o governo ter lançado mais uma medida para segurar a forte entrada de dólares no Brasil.

A presidente considerou que a atitude dos países ricos demonstra que essas economias tem compensado a rigidez fiscal com uma política monetária "absolutamente inconsequente".

Dilma fez questão de lembrar que somente na quarta-feira o Banco Central Europeu (BCE) injetou mais de meio trilhão de euros nos bancos da região para tentar incentivar o crédito e conter a recessão do continente.

"Só ontem (anteontem) eles completaram, na União Europeia, um trilhão de euros. Além disso, você tem também o Japão praticando a mesma política monetária", criticou a

presidente. Em pouco mais de dois meses, os empréstimos do BCE totalizaram um trilhão de euros.

Assim como ressaltado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a presidente deixou claro que o governo adotará outras medidas para combater os efeitos negativos dessa enxurrada de recursos nos mercados internacionais que tem migrado para economias com a do Brasil. "Nós teremos de criar outros instrumentos de combate dos processos que vão ser desencadeados", disse.

Canibalização. Dilma prometeu, mais uma vez, que vai proteger a indústria nacional, que tem sofrido forte concorrência das fábricas estrangeiras. "Vamos continuar desenvolvendo este país, defendendo a sua indústria, impedindo que os métodos de saída da crise dos países desenvolvidos impliquem a canibalização dos mercados dos países emergentes e, ao mesmo tempo, assegurando que o nosso mercado interno, o nosso mercado de massas cresça, mas cresça qualitativamente", discursou.

"Sabemos que hoje as condições de concorrência são adversas. As condições de concorrência são adversas não porque a indústria brasileira não seja produtiva, não porque o trabalhador brasileiro não seja produtivo, mas porque tem uma guerra cambial baseada numa política monetária expansionista que cria condições desiguais de competição", disse a presidente.

A desvalorização do real preocupa o governo brasileiro, já que prejudica a competitividade da indústria nacional.

Dilma também afirmou que o Executivo deseja que a taxa de investimento no Brasil cresça e ultrapasse o valor equivalente a 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano. "Temos consciência de que, para esse desenvolvimento com bases sociais ser sustentável, ele tem de ter aceleração", disse. "Não queremos só criar empregos. Nós queremos criar empregos e distribuir a riqueza." A presidente disse que vai lutar para o Brasil ter um "nível de desenvolvimento significativo" em 2012, citando investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a contratação de 2 milhões de moradias do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma culpa ações de países ricos por 'tsunami' de <u>dólares</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

LORENNA RODRIGUES, FLÁVIA FOREQUE E MÁRCIO FALCÃO

Governo amplia cobrança de imposto sobre empréstimos feitos no exterior para tentar conter valorização do real

Presidente promete medidas para proteger indústria nacional, mas analistas veem nova tentativa com ceticismo

O governo lançou mão ontem de mais um aumento de impostos para tentar conter a entrada de dólares no Brasil, voltou a atacar políticas adotadas pelos países ricos para reerguer suas economias e prometeu medidas para proteger a indústria nacional.

Como a Folha antecipou ontem, a equipe econômica ampliou a cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre empréstimos tomados no exterior.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que novas iniciativas poderão ser tomadas para conter a entrada de dólares e que o governo não ficará "impassível" diante da "guerra cambial".

Logo depois do anúncio da medida, a presidente Dilma Rousseff aproveitou um evento da indústria da construção civil no Palácio do Planalto para atacar os países ricos ao discursar para uma plateia de empresários e sindicalistas.

Dilma afirmou que os países desenvolvidos provocaram um "tsunami" de dólares, prejudicando países emergentes como o Brasil.

"Vamos continuar desenvolvendo este país, defendendo sua indústria, impedindo que os métodos de saída da crise desses países desenvolvidos impliquem canibalização dos mercados dos emergentes", afirmou.

O Banco Central Europeu repassou nesta semana ao setor bancário cerca de 530 bilhões em empréstimos a taxas de juros baixas, numa tentativa de fortalecer as instituições financeiras e assegurar a oferta de crédito.

Desde o início da crise global em 2008, os Estados Unidos têm mantido suas taxas de juros perto de zero para tentar estimular a economia.

Essa política, que Dilma classificou como "inconsequente", tem colaborado para aumentar o fluxo de recursos para países emergentes, cujas economias crescem atualmente em ritmo mais acelerado que a média global.

A entrada de dólares no Brasil tem feito o real se valorizar em relação ao dólar, o que estimula o aumento das importações e encarece as exportações, prejudicando setores da indústria nacional.

O governo adotou várias medidas desde o ano passado para conter a entrada de dólares, mas a cotação da moeda americana continuou caindo. O dólar fechou ontem em R\$ 1,712. Desde o início do ano, a queda foi de 8,4%.

Com a nova medida anunciada ontem, os empréstimos externos com prazo de até três anos ficam sujeitos a 6% de IOF. A alíquota já incidia para operações com prazo menor, de até dois anos.

A medida foi recebida com ceticismo no mercado financeiro. Para economistas, a cobrança não será suficiente para encarecer os empréstimos a ponto de desestimular bancos e empresas brasileiras de buscar esses recursos.

No final do dia, o Banco Central anunciou também que uma modalidade específica de tomada de empréstimo lá fora, voltada para exportadores e que antes não tinha de pagar IOF, também estará sujeita ao imposto.

A partir de agora, operações para a chamada antecipação de receita -quando o exportador toma empréstimo para receber antes por mercadoria que será vendida- também pagará IOF se o prazo for superior a 360 dias.

Segundo Mantega, o governo não tem um patamar ideal para o dólar, mas uma cotação "entre R\$ 1,50 e R\$ 1,60" é prejudicial.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO BNDES e empresas criam o superlaboratório nacional		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mônica Scaramuzzo

Os laboratórios nacionais Aché, EMS, União Química e a companhia Hypermarcas vão anunciar, no início da próxima semana, a criação da BioBrasil, a propagandeada superfarmacêutica brasileira, com apoio financeiro do **BNDESPar**, braço de participações do **BNDES**. As quatro empresas vão formar uma joint venture para a criação do laboratório, que será voltado a medicamentos biológicos (desenvolvidos a partir de células vivas), apurou o Valor.

A BioBrasil terá um aporte de capital de R\$ 400 milhões, dos quais metade será financiada pelo **BNDES** e o restante, pelas quatro companhias. A superfarmacêutica terá laboratório próprio, construído a partir do zero (greenfield). Os Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina estão na disputa para abrigar a nova farmacêutica. O executivo Odnir Finotti, presidente da Pró Genéricos, que representa as indústrias de genéricos, está cotado para presidir a nova companhia, que deverá entrar em operação nos primeiros meses de 2013, quando tiver sua primeira patente de medicamento registrada.

A participação do **BNDESPar** como sócio está em discussão e sua fatia ficaria entre 20% e 25%. Fontes próximas à operação afirmaram que o banco negocia se entra como acionista neste momento ou nos próximos meses, quando o laboratório já estiver em operação. No projeto atual, o **BNDESPar** poderia apenas financiar e cada empresa ficaria com 25%. O **BNDES** não comenta o assunto.

A criação de uma superfarmacêutica já era planejada na gestão de Luiz Inácio **Lula** da Silva. O governo pretende reduzir o déficit da balança da saúde, hoje em torno de US\$ 11 bilhões, e quer criar um laboratório capaz de competir com as multinacionais em inovação. O projeto inicial desenhado pelo governo previa a participação de oito laboratórios nacionais. Além dos quatro que vão compor a BioBrasil, foram convidadas as empresas Eurofarma, Libbs, Cristália e Biolab, que decidiram ficar fora do projeto. Procurados, os porta-vozes dos laboratórios não foram encontrados para comentar a informação.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo aperta análise de benefício tarifário		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Conjuntura

Processo de análise de redução do imposto de importação de máquinas sem similar foi alterado

Marta Watanabe

O Governo Federal está fazendo mudanças no processo de análise da concessão do ex-tarifário, benefício de redução do imposto de importação na compra de máquinas e equipamentos sem similar nacional. Entre as alterações, está a possibilidade de redução do benefício tributário nos casos em que uma combinação de máquinas ou um sistema integrado possua componentes fabricados no país, além da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no processo de avaliação da existência de produção doméstica.

Em fevereiro, foi editada a primeira resolução que leva em consideração a inovação da redução do benefício tributário. Uma combinação de máquinas da indústria química ficou com alíquota de imposto de importação de 6% e não de 2%, que é aplicada habitualmente. Esse deve ser apenas o primeiro de outros casos que podem ter o benefício da redução tributária, mas concedido com alíquota maior, segundo informa a titular da Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP), Heloisa Menezes.

A mudança chega depois de um aumento significativo no número de benefícios de ex-tarifários concedidos. Em 2010, diz Heloisa, houve 2.834 pedidos analisados. No ano passado, menos leitões foram analisados: 2.766 pedidos. Mesmo assim, o volume de benefícios concedidos saltou de 1.864 em 2010 para 2.487 no ano passado. O valor dos bens importados que utilizaram o benefício saiu de US\$ 4,1 bilhões em 2010 para US\$ 5,6 bilhões no ano passado.

Rogério Zarattini Chebabi, sócio do escritório Braga e Moreno Consultores e Advogados, que assessora investidores que fazem pedidos de ex-tarifários, diz que a mudança pode resultar em aumento de custo nas importações das máquinas. Uma alíquota de 6% imposto de importação aplicada a uma combinação de máquinas é boa, mas não tanto quanto uma de 2%. Sem o benefício, a alíquota média do imposto é de 14%.

Heloisa explica que a medida não é arrecadatória, mas regulatória. Antes, explica ela, a combinação de máquinas era analisada como um equipamento completo. Agora, diz, a análise leva em conta o desmembramento da combinação e a produção nacional de cada um dos componentes. Se uma combinação tem dez componentes e não há produção nacional para sete deles, a alíquota do ex-tarifário é concedida de forma proporcional, diz. Ela diz que não faz sentido conceder para essa situação a mesma redução tributária garantida para uma combinação em que nenhum dos componentes tem fabricação nacional. Critério semelhante, diz ela, deverá ser aplicado ao sistema integrado.

João Alfredo Delgado, diretor executivo de tecnologia da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), diz que a medida é bem-vinda e vinha sendo pedida pela entidade. O benefício existe para propiciar o desenvolvimento tecnológico da empresa quando o investimento é feito com bens não fabricados no país, mas o ex-tarifário tem sido usado como subterfúgio por empresas que querem ter mais vantagens, além de comprar com câmbio favorável e com preço baixo.

Delgado diz que desde novembro houve quatro publicações de ex-tarifários nos quais a Abimaq detectou 27 benefícios que podem ter sido concedidos a equipamentos com fabricação doméstica. Geralmente surgem para cada publicação dois ou três casos que levantam dúvidas. Ele diz que a Abimaq já pediu informações adicionais ao Mdic para os casos detectados. A análise mais rigorosa do que é declarado pelo importador como combinação de máquinas e sistema integrado também é favorável, diz ele. Esses conceitos têm sido desvirtuados. Qualquer coisa é sistema integrado.

Outra mudança é a participação do BNDES na avaliação sobre a existência de produção doméstica. Para as empresas que pedem o ex-tarifário, isso tem significado uma demora maior na análise de concessão do benefício. Um processo que demorava dois meses está demorando quatro. Um mais complexo, que demorava três meses, também está levando o dobro do tempo, diz Chebabi. As mudanças, lembra ele, também podem resultar em aumento de custo. Uma

alíquota de 6% imposto de importação aplicada a uma combinação de máquinas é boa, mas não tanto quanto uma de 2%. Sem o benefício, a alíquota média do imposto é de 14%.

O **BNDES** foi incluído no Comitê de Análise de Ex-Tarifários por uma resolução da Câmara de **Comércio Exterior** (Camex) em agosto de 2011. O Comitê tem, além da Camex, participação da SDP e da Secretaria de **Comércio Exterior** (Secex). As mudanças com a entrada do banco de **desenvolvimento** passaram a ser sentidas mais intensamente pelas empresas nos últimos meses.

Antes do **BNDES** fazer parte do comitê, o exame da existência de similar nacional era feito por consulta pública ou por entidades de classes que representam fabricantes de bens de capital e equipamentos, como a Abimaq. Em algumas situações, as duas formas de verificação eram utilizadas.

Representantes de empresas que esperam o resultado de processos já em andamento contam que, atualmente, mesmo com o atestado da entidade de classe pela inexistência de fabricante nacional, o processo passa pelo **BNDES**, o que tem ocasionado atraso. Heloisa diz que a consulta pública ou o atestado por entidades de classes são apenas alguns dos critérios utilizados pela Camex para analisar a produção doméstica. Eles não são critérios exclusivos. O **BNDES** entrou no comitê somando mais informações como um fonte ativa e confiável para averiguar a produção nacional de bens de capital e equipamentos, explica.

Delgado, da Abimaq, diz que o **BNDES** soma ao fazer uma análise adicional, mesmo nos casos em que a entidade já emitiu atestado declarando que o bem não conta com produção nacional.

A demora maior no processo de análise acontece porque há uma quantidade maior de pedidos do benefício, além da maior acuidade de apuração, mas estamos em processo de melhoria, diz Heloisa. As mudanças, argumenta, estão sendo feitas em razão da necessidade de investimento no Brasil para fortalecer a indústria doméstica de bens de capital. A ideia, diz, é aproveitar as informações acumuladas pelo **BNDES** em razão das linhas de financiamento para produtores de máquinas e equipamentos.

A ação conjunta com o banco, diz a secretária, permitirá detectar quais segmentos de bens de capitais têm potencial de produzir para concorrer com os importados. Há quem não produza uma determinada máquina hoje, mas está a um passo para reunir condições de fabricar, diz Heloisa. Esses casos podem ser detectados para que o **BNDES** possa oferecer financiamento. Há uma atuação mais forte se o comitê avaliar que pode haver uma empresa com capacidade para entrega do bem para o qual está sendo pedido o ex-tarifário.

A secretária lembra que o benefício é transitório. A redução do imposto de importação pode ser concedida a uma máquina que está sendo desembarcada hoje, explica, mas quando houver produção nacional do bem o ex-trifário é retirado.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Quatro capitais do país poderão ter novos aeroportos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Infraestrutura

Porto Alegre e Rio Branco são casos mais urgentes, mais obras ainda dependem de estudos

Daniel Rittner

Pelo menos quatro capitais brasileiras poderão exigir a construção de novos aeroportos para driblar restrições técnicas ou sustentar o crescimento da demanda nos próximos dez anos. Os casos mais urgentes são o de Porto Alegre e o de Rio Branco, mas a decisão de erguer novos empreendimentos depende de estudos ainda em andamento, segundo a Infraero.

O presidente da estatal, Gustavo do Vale, afirmou ontem que Salvador e Recife enfrentam dificuldades para ampliar suas pistas atuais e a solução também pode acabar sendo a transferência da infraestrutura existente nessas duas cidades.

De acordo com Vale, o aumento da demanda fará com que a região metropolitana de São Paulo possa ter um déficit de 30 milhões de passageiros na capacidade aeroportuária entre 2032 e 2040, mesmo com os investimentos em expansão previstos para Guarulhos e de Viracopos. Nos próximos cinco anos, temos que pensar em novo aeroporto em São Paulo, disse o presidente da estatal.

A declaração pode tirar do congelador a ideia de um aeroporto em Caieiras (SP), embora a Secretaria de Aviação Civil tenha deixado claro que não há preferência pelo projeto apresentado pela Camargo Corrêa e pela Andrade Gutierrez. Não há nenhum candidato, afirmou o secretário-executivo do órgão, Cleverson Aroeira.

Nos casos de Porto Alegre e de Rio Branco, a expectativa de Vale é de uma decisão ainda neste ano sobre a necessidade de novos aeroportos. Na capital gaúcha, o Exército entrega à Infraero, até o fim do mês, o projeto básico para a ampliação da pista em 900 metros.

A pista deverá passar dos 2.400 metros atuais para 3.300 metros, o que requer investimento de R\$ 170 milhões, no mínimo. Ocorre que uma nova norma do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), prevista para entrar em

vigência no dia 17, pode prejudicar a plena operacionalidade da pista, segundo Vale.

O maior prejuízo seria às operações de cargas. Há cerca de 400 obstáculos - como edifícios - na aproximação dos aviões, reduzindo o espaço útil da pista, ou tornando a obra inviável com o gasto em desapropriações. Por isso, já passou da hora de a capital gaúcha ter um novo aeroporto, diz.

O governo gaúcho tem estudos avançados para esse projeto, batizado provisoriamente de Aeroporto Internacional 20 de Setembro, com área total de 25 quilômetros quadrados, suficiente para até três pistas, e localizado entre os municípios de Portão e Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre. Para o presidente da Infraero, se houver decisão favorável ao novo aeroporto, podemos fazer a construção e a administração em parceria com o setor privado.

Vale mencionou, como exemplo, o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, nas proximidades de Natal, em que a Infraero banca a construção da pista e o terminal de passageiros será construído e administrado por um consórcio privado - a empreiteira brasileira Engevix e a operadora argentina Corporación América.

O outro caso crítico é o de Rio Branco, onde a pista é um verdadeiro tobogã, segundo o presidente da Infraero. Ela tem passado por reformas para corrigir a inclinação, que é motivo de reclamações das empresas aéreas.

A estatal fez um convênio com o governo do Acre para a realização de estudos geológicos e **desenvolvimento** de projeto básico de engenharia para a construção de uma nova pista - dessa vez de concreto, material mais caro que o asfalto reforçado para pousos e decolagens de aeronaves. Se os estudos apontarem que essa pista também ficaria em um terreno de argila sedimentar, a melhor alternativa pode ser a construção de novo aeroporto.

Para atender ao crescimento da demanda futura, Vale afirmou que há a necessidade de novas pistas em Confins e em Curitiba, mas que existe espaço suficiente nesses casos e não se pensa na construção de novos aeroportos.

Em audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado, para discutir o recente leilão de aeroportos, o ministro Wagner Bittencourt reiterou que a intenção do governo é usar o dinheiro das outorgas na expansão da infraestrutura para a aviação **regional**. A Secretaria de Aviação Civil estima que o novo fundo setorial, já criado e prestes a ser regulamentado, deverá receber cerca de R\$ 1 bilhão por ano com o pagamento de outorga pelas concessionárias vitoriosas no leilão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Bittencourt defendeu o ágio médio de 347% e os consórcios vencedores. Se todo mundo tivesse dado um ágio de 3% e outro de 600%, poderia haver dúvidas sobre a qualidade do negócio, afirmou. Ele aposta no aumento das receitas comerciais nos três aeroportos, mas ressaltou que a Anac será rigorosa na fiscalização. Se o edital não for cumprido, se o contrato não for cumprido, providências serão tomadas.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma critica 'tsunami monetário' de ricos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente afirma que guerra cambial promovida por países desenvolvidos cria condições desiguais de competição

Catarina Alencastro

DINHEIRO FARTO

BRASÍLIA. A presidente Dilma Rousseff elevou ontem o tom das críticas aos países desenvolvidos, chamando de "tsunami monetário" a estratégia que estes têm adotado para sair da crise, injetando dinheiro na economia. Segundo a presidente, esses países estão canibalizando os emergentes e gerando condições desiguais de competição no **mercado** internacional. Dilma classificou a política monetária dos desenvolvidos de inconsequente, citando Europa e Japão.

- Nós nos preocupamos com esse tsunami monetário dos países desenvolvidos, que não usam políticas fiscais de ampliação da capacidade de investimento para retomar (o crescimento) e sair da crise em que estão metidos, mas despejam US\$ 4,7 trilhões no mundo (...) de forma muito adversa, muito perversa para o resto dos países, principalmente os emergentes. (Eles) compensam essa rigidez fiscal com uma política monetária absolutamente inconsequente do ponto de vista do que ela produz sobre os **mercados** internacionais - afirmou a presidente.

As duras declarações de Dilma foram feitas na cerimônia de celebração do Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da

Construção, firmado ontem entre governo, empresários e trabalhadores do setor no Palácio do Planalto. Em seu discurso, para uma plateia repleta de empresários e sindicalistas, a presidente disse que o governo terá de criar novos "instrumentos de combate" para proteger a indústria nacional daquilo que chamou de guerra cambial:

- As condições de concorrência são adversas, não porque a indústria brasileira não seja produtiva, não porque o trabalhador brasileiro não seja produtivo, mas porque tem uma guerra cambial baseada numa política monetária expansionista que cria condições desiguais de competição.

A presidente ponderou que o país só não foi tão afetado pela crise porque o setor da construção, que conta com forte investimento no Brasil, aquece a economia interna:

- No caso da construção civil, nós temos um diferencial. Por quê? Porque o produto da construção civil não é um produto comercializável internacionalmente. Ele está baseado no nosso **mercado** interno. Nós vamos continuar desenvolvendo este país, defendendo a sua indústria, impedindo que os métodos de saída da crise dos países desenvolvidos impliquem a canibalização dos **mercados** dos países emergentes.

	VEÍCULO DIÁRIO DO COMÉRCIO	EDITORIA
	TÍTULO Gargalos em infraestrutura comprometem a economia	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Custos de logística são proibitivos.

LÍDIA REZENDE.

ALISSON J. SILVA

Somente os custos do segmento de transportes no Brasil já representam 7% do Produto Interno Bruto

Enquanto o **Governo Federal** não toma providências para elevar o nível de competitividade do setor empresarial brasileiro, a iniciativa privada se mobiliza para discutir e implementar ações estratégicas que permitam o **desenvolvimento** da **produção** nacional. De acordo com especialistas que participaram do Seminário de Competitividade Nacional, realizado ontem na Capital pela Microsoft, em parceria com a organização Movimento **Brasil** Competitivo (MBC), a alavanca para o crescimento está na adoção de profundas mudanças no tripé formado por inovação, logística e gestão pública.

Os gargalos da infraestrutura do país foram apontados como os problemas mais urgentes. Segundo o diretor de **desenvolvimento** da Fundação Dom Cabral (FDC), Paulo Resende, atualmente os custos de logística no país representam 12,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**). "Temos que reduzir este número em 4,4 pontos percentuais para chegar a 8% do **PIB**, valor registrado nos Estados Unidos, por exemplo".

Já os custos do setor de transportes representam 7% do **PIB**. O ideal, segundo o professor, é que o montante fosse reduzido para 5%. "Teríamos um espaço para redução dos custos equivalente a US\$ 40 bilhões, ou seja, 2% do **PIB**. Se o **Governo Federal** investisse 2% do **PIB** em infraestrutura por ano, o retorno seria garantido", calcula. Nos últimos 30 anos, a média de aportes do Executivo do país no segmento é de 0,8%. "A última vez que o **Brasil** investiu 2% do **PIB** foi no final da década de 60", afirma.

Na avaliação de Resende, os investimentos em infraestrutura trariam ao país o diferencial competitivo da capacidade de armazenagem de produtos para a **exportação**. "Os países que conseguem armazenar suas **mercadorias** controlam os preços delas mundialmente. No

Brasil, só fazemos isso com o minério de ferro, porque a Vale tem essa capacidade nas ferrovias e nos portos", explica.

"Temos uma grande demanda, acompanhada por uma crescente **produção**, mas os meios de distribuição ainda são deficientes, o que pressiona os preços dos produtos", complementa.

Desafios - Ele argumenta ainda que é exatamente em razão do grande número de desafios que os investimentos em infraestrutura serão uma excelente oportunidade de crescimento para o país e que, portanto, em vez de ser considerados como entraves, o setor deve ser avaliado como a grande fronteira de oportunidades existente hoje no país. "As regiões Norte e Nordeste são as que mais crescem atualmente e as que menos têm infraestrutura", pontua.

Resende defende que, além da recuperação dos seus 58 mil quilômetros, as rodovias do país devem ficar sob responsabilidade da iniciativa privada. "Pedágio é um mal necessário", diz. Para ele, os aeroportos e os portos também devem ser administrados por empresas privadas. Outros destaques são a integração entre os modais ferroviário, rodoviário e portuário, a expansão da malha ferroviária até as fronteiras agrícolas, a permissão para que navios de bandeira estrangeira operem na costa brasileira e a redução da influência política na operação dos portos.

"A tríade ideal é composta por acesso integrado, mobilidade com baixo custo e multimodalismo. Com essas ações, em alguns anos certamente já teremos feito avanços significativos na logística, fazendo com que os preços das **mercadorias** sejam menores e a competitividade, no que depende do setor de transportes, seja restaurada".

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Governo já admite saldo comercial menor em 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Expectativa de resultado inferior é explicada pela provável redução das vendas externas para a Europa e a China EDUARDO CUCOLO , CÉLIA FROUFE / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo brasileiro já espera um superávit comercial menor em 2012, em razão do fraco crescimento das **exportações**, principalmente para a Europa, centro da crise econômica atual. As vendas do Brasil para o exterior devem crescer apenas 3,1% em relação a 2011, para US\$ 264 bilhões, segundo a primeira previsão divulgada pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**.

"Temos recuperação nos Estados Unidos, o que é muito **importante**, mas há um ponto de interrogação em relação à União Europeia, que faz com que sejamos mais cautelosos em relação à meta de **exportação**", disse o secretário executivo do **Ministério do Desenvolvimento**, Alessandro Teixeira.

O governo não faz projeções para o comportamento das **importações** ou para o saldo da balança, mas já reconhece que o superávit em 2012 ficará abaixo do registrado no ano passado.

Outro fator que deve enfraquecer as **exportações** neste ano é a queda nas vendas e no preço do minério de ferro,

principal produto da balança brasileira. Somente no primeiro bimestre, houve redução de 24% nas vendas em relação a 2011, influenciada também pelo desaquecimento da economia chinesa.

Caso sejam mantidas ao longo do ano as taxas de crescimento das **exportações** brasileiras vistas no primeiro bimestre de 2012, os Estados Unidos poderão tomar de volta da China a primeira colocação no ranking de países que mais compram do Brasil, segundo o **Ministério**.

No primeiro bimestre do ano, as vendas de produtos brasileiros para os Estados Unidos cresceram 38%. As **exportações** para a China ficaram praticamente estáveis. Com isso, a participação dos americanos superou a do país asiático.

Um dos itens que impulsionaram os embarques brasileiros para o **mercado** americano foi o petróleo, produto que deve ganhar destaque na balança, segundo o governo. Outro item que segue ganhando participação é a soja, cujas vendas cresceram quase 600% no bimestre.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Importadores vão ao Senado pedir manutenção da 'guerra dos portos'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para presidente da Abece, benefícios concedidos por alguns Estados à importação devem continuar WLADIMIR DANDRADE - O Estado de S.Paulo

A chamada "guerra dos portos" beneficia a indústria nacional, ao contrário dos argumentos de 36 associações empresariais e 5 confederações de trabalhadores que, na terça-feira, foram a Brasília pressionar o Senado a aprovar a Resolução 72/2010, projeto que pretende acabar com a cobrança pelos Estados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) diferenciado sobre produtos importados.

"Medidas protecionistas prejudicam o trabalhador brasileiro", afirma o porta-voz dos importadores, Ivan Ramalho, ex-secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior (Abece). Ramalho deve passar a tarde de hoje no Senado para defender esse ponto de vista.

O presidente da Abece, entidade que reúne 25 tradings, vai argumentar com os parlamentares que a importação não é a vilã da indústria, já que aumenta a competitividade da produção nacional ao agregar tecnologia e insumos mais baratos ao produto final brasileiro. Em defesa dessa tese, ele apresenta números: dois terços das importações do País são de equipamentos e insumos para a indústria.

Outro lado. Na contramão dos argumentos da Abece, o grupo formado por entidades empresariais como Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e centrais sindicais, como a CUT e a Força Sindical, se reuniram com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para pressionar os parlamentares a aprovar a Resolução 72, que uniformiza a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas.

Segundo eles, benefícios concedidos por alguns Estados estimulam a entrada de mercadorias estrangeiras no Brasil. O

grupo colocou ontem em jornais um anúncio no qual defende seus argumentos. "A redução de ICMS na importação já impediu o Brasil de criar 771 mil empregos desde 2010. E o PIB (Produto Interno Bruto) deixou de crescer R\$ 18,9 bilhões", diz o texto.

Ramalho discorda da reclamação do movimento de empresários e trabalhadores de que as importações levam o Brasil à desindustrialização e à perda de empregos. Os empresários e sindicalistas que foram ao Senado pedir a aprovação da Resolução 72 alegam que os importados estão tomando mercado da indústria nacional e causando o fechamento de empresas.

Ramalho, no entanto, cita dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), mostrando que no ano passado 17,72% das importações corresponderam a bens de consumo, enquanto matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital somaram 66,29%.

Segundo ele, com preços melhores, os importados evitam que o empresário brasileiro aplique num produto componentes mais caros que os utilizados pelo concorrente global. "A importação de insumos e componentes complementa a produção nacional", afirma. "No final, os importados dão competitividade ao produto made in Brazil."

Os Estados atraem o desembarque de importados com redução de alíquotas do ICMS. Em troca, ganham receita com os tributos cobrados sobre as operações. Ramalho, entretanto, afirma que o movimento de empresários e trabalhadores está "equivocado".

Barrar os benefícios fiscais não reduziria, segundo ele, o volume de importações, mas as concentraria nos maiores mercados, principalmente no Estado de São Paulo.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma diz que países ricos causam 'tsunami monetário'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente ataca política monetária 'absolutamente inconsequente' e diz que vai impedir 'canibalização' de mercados emergentes RAFAEL MORAES MOURA, TÂNIA MONTEIRO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff fez duras críticas ontem à política que tem sido adotada pelos países ricos para enfrentar a crise financeira. Segundo ela, as medidas têm provocado um "tsunami monetário". Num discurso incisivo, a presidente afirmou que a política de juros dessas nações é "absolutamente inconsequente" e prometeu impedir a "canibalização" dos **mercados** dos países emergentes.

"Nos preocupamos, sim, com esse tsunami monetário dos países desenvolvidos, que não usam políticas fiscais de ampliação da capacidade de investimento para sair da crise em que estão metidos, e que literalmente despejam US\$ 4,7 trilhões no mundo ao ampliar, de forma muito perversa para o resto dos países, principalmente aqueles em crescimento, que são os países emergentes", disse Dilma, durante cerimônia no Palácio do Planalto, horas depois de o governo ter lançado mais uma medida para segurar a forte entrada de **dólares** no Brasil.

A presidente considerou que a atitude dos países ricos demonstra que essas economias tem compensado a rigidez fiscal com uma política monetária "absolutamente inconsequente".

Dilma fez questão de lembrar que somente na quarta-feira o Banco Central Europeu (BCE) injetou mais de meio trilhão de euros nos bancos da região para tentar incentivar o crédito e conter a recessão do continente.

"Só ontem (anteontem) eles completaram, na União Europeia, um trilhão de euros. Além disso, você tem também o Japão praticando a mesma política monetária", criticou a presidente. Em pouco mais de dois meses, os empréstimos do BCE totalizaram um trilhão de euros.

Assim como ressaltado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a presidente deixou claro que o governo adotará outras medidas para combater os efeitos negativos dessa enxurrada de recursos nos **mercados** internacionais que tem migrado para economias com a do Brasil. "Nós teremos de

criar outros instrumentos de combate dos processos que vão ser desencadeados", disse.

Canibalização. Dilma prometeu, mais uma vez, que vai proteger a indústria nacional, que tem sofrido forte concorrência das fábricas estrangeiras. "Vamos continuar desenvolvendo este país, defendendo a sua indústria, impedindo que os métodos de saída da crise dos países desenvolvidos impliquem a canibalização dos **mercados** dos países emergentes e, ao mesmo tempo, assegurando que o nosso **mercado** interno, o nosso **mercado** de massas cresça, mas cresça qualitativamente", discursou.

"Sabemos que hoje as condições de concorrência são adversas. As condições de concorrência são adversas não porque a indústria brasileira não seja produtiva, não porque o trabalhador brasileiro não seja produtivo, mas porque tem uma guerra cambial baseada numa política monetária expansionista que cria condições desiguais de competição", disse a presidente.

A desvalorização do real preocupa o governo brasileiro, já que prejudica a competitividade da indústria nacional.

Dilma também afirmou que o Executivo deseja que a taxa de investimento no **Brasil** cresça e ultrapasse o valor equivalente a 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano. "Temos consciência de que, para esse **desenvolvimento** com bases sociais ser sustentável, ele tem de ter aceleração", disse. "Não queremos só criar empregos. Nós queremos criar empregos e distribuir a riqueza." A presidente disse que vai lutar para o **Brasil** ter um "nível de **desenvolvimento** significativo" em 2012, citando investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a contratação de 2 milhões de moradias do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO BNDES e empresas criam o "superlaboratório" nacional		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os laboratórios nacionais Aché, EMS, União Química e a companhia Hypermarchas vão anunciar, no início da próxima semana, a criação da BioBrasil, a propagandeada "superfarmacêutica brasileira", com apoio financeiro do BNDESPar, braço de participações do BNDES. As quatro empresas vão formar uma joint venture para a criação do laboratório, que será voltado a medicamentos biológicos (desenvolvidos a partir de células vivas), apurou o Valor.

A BioBrasil terá um aporte de capital de R\$ 400 milhões, dos quais metade será financiada pelo **BNDES** e o restante, pelas quatro companhias. A superfarmacêutica terá laboratório próprio, construído a partir do zero ("greenfield"). Os Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina estão na disputa para abrigar a nova farmacêutica. O executivo Odnir Finotti, presidente da Pró Genéricos, que representa as indústrias de genéricos, está cotado para presidir a nova companhia, que deverá entrar em operação nos primeiros meses de 2013, quando tiver sua primeira patente de medicamento registrada.

A participação do **BNDESPar** como sócio está em discussão e sua fatia ficaria entre 20% e 25%. Fontes próximas à operação afirmaram que o banco negocia se entra como acionista neste momento ou nos próximos meses, quando o laboratório já estiver em operação. No projeto atual, o **BNDESPar** poderia apenas financiar e cada empresa ficaria com 25%. O **BNDES** não comenta o assunto.

A criação de uma superfarmacêutica já era planejada na gestão de Luiz Inácio **Lula** da Silva. O governo pretende reduzir o déficit da balança da saúde, hoje em torno de US\$ 11 bilhões, e quer criar um laboratório capaz de competir com as multinacionais em inovação. O projeto inicial desenhado pelo governo previa a participação de oito laboratórios nacionais. Além dos quatro que vão compor a BioBrasil, foram convidadas as empresas Eurofarma, Libbs, Cristália e Biolab, que decidiram ficar fora do projeto. Procurados, os porta-vozes dos laboratórios não foram encontrados para comentar a informação.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Novo IOF é resposta à injeção do BCE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De São Paulo e Brasília

Ao estender o IOF de 6% para empréstimos externos de até três anos, ontem, o governo agiu preventivamente em relação à forte liquidez injetada pelo Banco Central Europeu (BCE) na véspera e que tem tudo para intensificar o apetite por ativos de maior risco, brasileiros entre eles. De pouco impacto prático, a medida mandou ao **mercado** um sinal de que o governo está muito incomodado com a apreciação do real e deixou no ar a impressão de que novas iniciativas podem ser adotadas.

Havia um consenso ontem entre investidores e executivos do **mercado** financeiro de que a medida de ontem, em si, não vai evitar a alta do real, que está entre as moedas mais valorizadas no ano. No entanto, esse tipo de medida sempre gera ruído para o investidor estrangeiro.

Segundos fontes de bancos, o efeito para as emissões de títulos no exterior é praticamente nulo, já que quase todas as operações hoje são acima desse prazo. Desde de 2010, o volume de títulos e empréstimos sindicalizados no exterior com vencimento inferior a 36 meses somou pouco mais de US\$ 11,5 bilhões. Em 2012, foi captado US\$ 1,4 bilhão com essas características.

O impacto maior, dizem especialistas, será nos empréstimos diretos feitos com bancos internacionais ou para os empréstimos intercompanhias. Do total da dívida externa brasileira divulgada pelo Banco Central (que foi a US\$ 364 bilhões em setembro de 2011), 28% (US\$ 102 bilhões) é de empréstimos intercompanhia. A maior parte desse volume,

cerca de 40%, vence em até três anos. Mas o volume anda estável.

No **mercado** de câmbio, nem o IOF sobre captações, nem os leilões de compra do Banco Central surtiram efeito. O **dólar** comercial fechou o dia com baixa 0,47%, negociado a R\$ 1,712 na venda.

A decisão que mirou a valorização do real, no entanto, acabou tendo efeito no **mercado** de juros futuros, onde as taxas caíram, mostrando aumento na probabilidade de um corte superior a meio ponto percentual na Selic já na reunião do Copom da próxima semana.

A leitura feita por parte do **mercado** é que o incômodo do governo com o câmbio poderia acelerar a estratégia de corte da Selic para reduzir o diferencial entre juros interno e externo e, assim, diminuir a atratividade de capital especulativo.

"Há uma grande liquidez no **mercado** internacional. Os países avançados estão emitindo crédito. A única maneira que eles encontram para enfrentar a crise é fazer política monetária expansionista. Estados Unidos, União Europeia e Japão estão todos fazendo políticas expansionistas e nós somos atingidos por isso", afirmou, ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Imposto mira câmbio, mas mexe nos juros		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Imposto mira câmbio, mas mexe nos juros

Eduardo Campos | De São Paulo

Seguindo um roteiro bem conhecido de ameaças seguidas de atuação, o governo tomou a esperada medida cambial.

Empréstimos externos com prazo de até três anos serão tributados com 6% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A decisão que mira a valorização do real, no entanto, acabou espirrando no **mercado** de juros futuros, onde as taxas caíram, mostrando aumento na probabilidade de um corte superior a meio ponto percentual na Selic já na reunião do Copom da próxima semana.

Segundo essa visão, o incômodo do governo com o câmbio poderia acelerar a estratégia de corte da Selic para reduzir o diferencial entre juros interno e externo e reduzir a atratividade de capital especulativo. Na visão de um gestor, isso tudo não passaria de "papo" de mesa de operação.

Paralelamente, mexeu com o **mercado** a movimentação de um grande banco que fez uma acentuada compra de contratos futuros, o que derrubou as taxas. Muita gente enxergou no movimento uma aposta num corte mais acentuado do juro na próxima semana. Mas há quem tenha visto, na verdade, uma compra para zeragem de posição vendida fundamentada na crença de um corte de apenas 0,5 ponto. "Um grande player faz negócio e depois todo mundo sai correndo atrás de explicação", diz esse gestor.

Não se pode descartar que, como o viés é de baixa na taxa de juros, nada mais natural do que apostar nisso. Por isso mesmo, não custa nada montar algumas posições que ganham com uma queda mais acentuada da Selic.

Esse tipo de movimentação é comum quando a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) se aproxima. A decisão do colegiado será divulgada no dia 7 de março. O diretor-executivo e chefe de pesquisas para a América Latina do Nomura Securities, Tony Volpon, acredita que um aumento no passo de redução da Selic é um evento de probabilidade não desprezível.

Faz tempo que Volpon defende que o governo trabalha com três metas (inflação, crescimento e câmbio) e atua conforme cada uma delas é "ameaçada". No momento atual, o especialista acredita que a "meta de câmbio" se tornou prioridade, conforme o real ameaça perder a linha de R\$ 1,70.

Se tal premissa está correta, duas observações podem ser feitas. Primeira, novas medidas cambiais podem ser tomadas. Segunda, a meta de conter a valorização excessiva do real vai na mesma direção da redução da Selic para estimular o crescimento econômico.

"Isso, na nossa visão, eleva a probabilidade de uma aceleração no ritmo de cortes da Selic", diz Volpon, ponderando que mantém sua visão de redução de meio ponto percentual no próximo encontro do Copom.

No **mercado** de câmbio, nem IOF sobre captações, nem leilões de compra do BC (foram dois ontem) surtiram efeito. O **dólar** comercial fechou o dia com baixa 0,47%, negociado a R\$ 1,712 na venda. Como se vê pelo comportamento da moeda, a medida não teve impacto imediato.

O **mercado** pareceu estar no modo "compra no boato e vende no fato", já que na quarta-feira o **dólar** teve forte alta em meio à crescente expectativa de que o governo faria algo no câmbio (instabilidade externa e compras do BC também ajudaram).

Em relatório enviado a clientes, os analistas do Credit Suisse apontam que essa ampliação do prazo de isenção de IOF para três anos deve ter impacto limitado sobre as captações externas, pois a maioria das operações realizadas recentemente tem um prazo muito superior a três anos. O prazo médio pelas contas da instituição é de 9,7 anos.

Ainda de acordo com o Credit Suisse, as emissões privadas em janeiro e fevereiro somaram cerca de US\$ 18 bilhões. Mas, contrastando com isso, os ingressos efetivos referentes a essas operações somaram apenas US\$ 300 milhões em janeiro, sugerindo que as empresas mantêm grande parte do dinheiro captado fora do Brasil. Tal quadro pode gerar a expectativa de um aumento de fluxo referente a essas operações.

Para o diretor-executivo da NGO Corretora, Sidnei Nehme, o "fator expectativa" seria o vetor mais relevante no atual movimento de valorização do real, já que o fluxo cambial, não mostra essa "chuva de **dólares**" de que tanto se fala.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Sindicalistas fazem apelo à presidente Dilma Rousseff e pedem mais proteção à indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sindicalistas aproveitaram a chance de estar ao lado da presidente Dilma Rousseff ontem para derramar uma coleção de reivindicações do setor e atacar o que chamaram de "desindustrialização" do país diante de importações

crescentes de produtos manufaturados. Como de hábito, atacaram as taxas de juro e o câmbio, já que o real valorizado torna as importações mais competitivas frente à produção nacional. Reuters

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Aumento do IOF não resolve e <u>dólar</u> continua desabando		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fazenda eleva taxa sobre empréstimos no exterior, mas economistas veem medida como paliativa

Simone Cavalcanti, Ruy Barata Neto, Natália Flach e Regiane de Oliveira

"Há uma guerra cambial em curso e o governo brasileiro não ficará impassível a isso. Temos que nos defender", disse ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao anunciar mais uma medida para conter valorização do real frente ao dólar, que voltou a se intensificar neste início de ano. Desde ontem o ingresso de divisas por meio de empréstimos ou emissão de debêntures no exterior com prazo de vencimento inferior a três anos passaram a pagar alíquota de 6% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A regra já valia para as tomadas de recursos até dois anos, mas o governo decidiu ampliar o prazo para forçar os tomadores - empresas e bancos - a um financiamento mais longo e, por consequência, mais caro.

Dessa forma, reduz-se o diferencial positivo dos ganhos entre uma captação com juros próximos do nulo e a taxa Selic, que paga 10,5% ao ano. Só neste início de ano, mais de US\$ 19 bilhões entraram no país fruto de captação de empresas brasileiras no exterior.

Segundo Mantega, com as medidas expansionistas que estão sendo tomadas pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão, há dinheiro em excesso circulando no mundo em busca de ganhos maiores. "E o Brasil é um lugar que oferece segurança e alta rentabilidade." Na ponta contrária, o governo baixou de 2% para zero a alíquota do imposto para as Brazilian Depositary Receipts (BDRs) - certificados de valores mobiliários emitidos por companhias com sede no exterior, mas que são negociadas no mercado brasileiro. A medida havia sido tomada no passado por suspeita de triangulação de recursos com o foco na aplicação do diferencial da taxa de juros.

Mantega negou que o governo esteja estudando taxas os recursos que entram via Investimento Estrangeiro Direto (IED) que "são muito bem-vindos ao país". Até pouco tempo, o governo desconfiava que essa rubrica estava sendo usada

como disfarce para a entrada de dólares sem pagamento de tributos mas que, em vez de ir para o setor produtivo, era aplicada no mercado financeiro.

"Não estamos vendo nenhuma anormalidade nisso. É um investimento que só ajuda." Alívio momentâneo O anúncio e o leilão de compra feito pelo Banco Central pela manhã não evitaram a queda da moeda americana, que recuou 0,47%, para R\$ 1,712 na venda.

Segundo economistas, as medidas são meramente paliativas. A tendência de valorização do real em relação ao dólar se mantém, uma vez que o movimento de desvalorização da moeda americana é global. Além disso, o fluxo de capitais não mudou de trajetória e ainda segue em direção aos mercados emergentes, inclusive para o Brasil, que detém taxas de juros bastante atraentes quando comparada com as do resto do mundo.

"As medidas só vão conseguir jogar um pouco de areia na engrenagem. Não vão segurar o câmbio acima de R\$ 1,70, só vai diminuir a pressão temporariamente.

A queda nos juros na semana que vem também não passam de paliativas", afirma Carlos Thadeu Freitas, ex-diretor do Banco Central e chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Octavio de Barros, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depec) do Bradesco, também acha que a mudança feita ontem no IOF pode ter impacto de curto prazo, interrompendo temporariamente a apreciação cambial. "Mas o principal efeito dessa medida e das notícias de que novas intervenções podem ocorrer é o efeito da sinalização do governo de que está preocupado com os impactos do câmbio sobre a atividade econômica, principalmente a indústria", avalia Barros. "Contudo, a tendência do real continua sendo a de apreciação, diante de um mundo bastante líquido e um Brasil que cresce mais do que os demais países, sem apresentar piora na trajetória da relação dívida/PIB. Continuo acreditando em R\$ 1,65/US\$ ao final deste ano." O efeito sobre captações externas também deve ser limitado, na avaliação do especialista em finanças Ricardo Torres, da BBS Business School. "Existem formas para contornar a nova taxa, com empréstimos entre empresas

para trazer o recurso ao país, ou mesmo estendendo o prazo para cinco anos, e colocando a opção de venda para três anos e dois meses", diz. Para ele, a meta do governo de manter o **dólar** acima de R\$ 1,70 para proteger a indústria

não vai dar certo. "Primeiramente porque o **dólar** está frágil e, segundo, a doença da indústria é o custo de **produção** e o programa de impostos, não câmbio."

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Indústrias e <u>SUFRAMA</u> com o foco em plano estratégico para o <u>PIM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fábio Alencar

O Centro das Indústrias do Estado do **Amazonas** (CIEAM) apresentou nesta quinta-feira (1º) ao **Superintendente** da **SUFRAMA**, Thomaz Nogueira, os pontos básicos do Planejamento Estratégico que a entidade pretende apresentar até maio deste ano, apontando os gargalos do Polo Industrial de **Manaus** e as propostas do setor para o **desenvolvimento** do modelo. “É **importante** que neste momento todas as entidades, governo e sociedade, falem uma mesma linguagem”, destacou o presidente do CIEAM, Wilson Périco, lembrando que a Federação das Indústrias do **Amazonas (FIEAM)** já destacou inclusive uma coordenadoria para atuar em conjunto com o Centro neste trabalho.

Até a próxima semana, os conselheiros do CIEAM devem dar o aval no questionário que será enviado a todos os seus associados ainda este mês, com perguntas sobre os principais entraves para o Polo Industrial, levantamento das maiores demandas do setor e metas para, pelo menos, os próximos dez anos. “Não podemos demorar muito neste diagnóstico, já conversamos com o Governo do Estado e o **Ministério do Desenvolvimento** e este estudo será enviado a eles para ajudar a pensar, todos em conjunto, o futuro da **Zona Franca de Manaus**”, explicou Périco.

A MB Consultoria, responsável pelo estudo, pretende realizar pesquisas com formulários impressos e formulários online, de modo a agilizar a tabulação dos dados e apresentar os resultados em maio, mês em que se comemora o Dia da Indústria (25).

Thomaz Nogueira colocou os técnicos da **SUFRAMA** à disposição para ajudar na iniciativa e informou que a autarquia também já está com estudos em andamento para “desatar os nós” do modelo. O **Superintendente** ressaltou que o caminho encontrado pela CIEAM é bom e deveria ser seguido por outras entidades. “É bom que todos façam a tarefa de casa e, depois, sentem para conversar, de modo a encontrar uma saída comum que beneficie o modelo”, disse, acrescentando que, com a ajuda das entidades sindicais, patronais e dos governos locais levará a Brasília as sugestões para o futuro da **ZFM**. “Temos 50 anos pela frente e ninguém melhor do que nós mesmos para saber o que precisamos. Não podemos querer aqui todas as indústrias do mundo, então é preciso definir muito bem que caminho seguir e amarrar tudo de forma que possamos reforçar a parceria do **Governo Federal**”, concluiu.

	VEÍCULO MANAUS ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Pujança do <u>PIM</u> é atestada por representantes do <u>MDIC</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Fábio Alencar, Superintendência da Zona Franca de Manaus

quarta-feira, 29 de fevereiro de 2012

Apesar do persistente cenário de crise mundial para 2012, as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) mantêm os investimentos planejados e apostam no potencial do mercado brasileiro. Esta foi a impressão após a visita feita, nesta quarta-feira (29), pela equipe do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – representado pelo subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Luiz Antônio de Souza Cordeiro – a três grandes fábricas do PIM.

Cordeiro foi acompanhado pelo Superintendente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira, e pelos novos Superintendentes adjuntos da autarquia, José Nagib (Planejamento e Desenvolvimento Regional) e Gustavo Igrejas (Projetos), na visita a representantes de três dos segmentos que mais apresentaram crescimento na Zona Franca no ano passado: LG (Eletroeletrônicos), Dumont (Relojeiro) e Yamaha (Duas Rodas).

Na LG, o vice-presidente da divisão de Manaus, Sukjong Lee, destacou que a unidade local é a única do grupo no mundo (onde existem 120 operações da LG só no segmento eletrônico) com expansão da área de produção programada para este ano. “Devemos inaugurar uma nova unidade até junho. Nossa meta é, já em 2013, concentrar 100% do processo de produção dos displays em Manaus. Em 2014 temos uma Copa de Futebol a caminho e, com transmissões em 3D, apostamos bastante neste mercado”, disse Lee. Segundo o diretor de relações institucionais da empresa, Dilson Funaro, com a inauguração da obra - em pleno andamento no Distrito Industrial - a LG vai dobrar a produção de LCDs no PIM.

Na visita à Dumont, empresa do polo relojoeiro que está presente em Manaus desde 1970, Luiz Cordeiro atestou, in loco, a retomada de crescimento no setor, que viu o faturamento sair de R\$ 301 milhões em 2009 para R\$ 644 milhões no ano passado, mais que o dobro em três anos. “Relógios deixaram de ser apenas instrumentos para ver a hora e passaram a ser acessórios de moda. O setor cresce no mundo inteiro”, comemorou o diretor da empresa, Renato Toaiari, lembrando que o Grupo Dumont Saab produz no PIM marcas famosas no mundo da moda, como Michael Kors, Diesel, Armani, Fossil e DKNY e recentemente passou a produzir também para a Adidas.

Cadeia densa

Na Yamaha, a equipe percorreu toda a linha de produção do modelo 125 cc da montadora, desde a fundição do quadro da moto até o teste final do modelo, comprovando o adensamento da cadeia produtiva no setor. “Consideramos 2012 como um ano-chave para nossos negócios. O mercado brasileiro já é um dos mais importantes ao resultado do grupo”, informou o presidente da Yamaha Motor do Brasil, Shigeo Hayakawa. Ele ressaltou que quase a totalidade dos insumos para a produção já é adquirido de parceiros locais no PIM “que em nada deixam a desejar de nossos fornecedores internacionais”.

“Fico com a melhor impressão possível do modelo, principalmente do cuidado na produção e geração de emprego em todas as fábricas que visitamos”, comentou Cordeiro, que retornou para Brasília ainda na tarde de quarta.